

Artigos

*Parâmetros de produção e avaliação de materiais didáticos no Programa de Mestrado Profissional em História**

*Production and evaluation parameters of teaching
materials in History Professional Master*

*Leandro Antonio de Almeida**

Resumo: Dentre os desafios para consolidação dos Mestrados Profissionais na área de História, neste artigo, procuramos refletir sobre parâmetros de produção e avaliação de materiais didáticos de História. Devido à novidade dessa modalidade de pós-graduação, é importante pensar em tais critérios tendo como finalidade orientar mestrandos, orientadores e avaliadores. No formato de relato de experiência, primeiramente, abordamos iniciativas de avaliação como o PNLD e a tentativa de se estabelecer um Qualis Produção Didática por uma comissão no Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação da ANPUH. Em seguida, acompanhamos a trajetória no âmbito de uma disciplina teórico-prática e refletimos sobre alguns materiais e guias produzidos pelos mestrandos.

Palavras-chave: Produção de livro didático. Mestrado profissional. Avaliação.

Abstract: Among the Professional Masters in History consolidation challenges, in this paper we aim to analyze production and evaluation parameters of History teaching materials. Due to the novelty of this post-graduation mode, it is important to think about these criteria with the purpose of guiding the masters students, supervisors and evaluators. In the format of experience report, firstly we approach evaluation initiatives such as the PNLD and the attempt to establish a Qualis Didactic Production by a commission at the Forum of Postgraduate Coordinators of ANPUH. Next we report a trajectory within a theoretical and practical course and treat on the materials and teacher's book that master researchers have produced.

Keywords: School textbook making. Professional Master. evaluation.

* Este artigo complementa outro que publicamos na revista *História Hoje* (ALMEIDA, 2016), e que foi apresentado no III Encontro de Ensino de História da ANPUH-BA.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). *E-mail:* leandroalmeida@hotmail.com

Mestrados Profissionais em História e seus desafios

Os Mestrados Profissionais representam a grande novidade na área de História, no Brasil, nos últimos cinco anos. Até 2011, o único e pioneiro Mestrado nessa modalidade era oferecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente, há dez programas de pós-graduação ofertando, para centenas de mestrandos, cursos em 36 instituições¹ de todas as regiões do País. Com a expansão ocorrida entre 2013 e 2014, de três para nove programas, já há uma significativa quantidade de Trabalhos Finais de Curso (TFCs), apresentados em variados formatos, nas áreas de concentração Ensino de História (5) e Patrimônio (3), além das propostas temáticas (2).² Nesse ínterim, uma portaria do Ministério da Educação (MEC) (389/2017) abre perspectivas de criação de doutorados profissionais.

O estabelecimento dessa modalidade não se faz sem uma série de desafios, prementes e constantemente debatidos internamente, nos programas e nos diversos espaços de encontro de coordenadores nos Fóruns de Mestrados Profissionais (FOPROF), nos fóruns de coordenadores de pós-graduação da Associação Nacional de História (ANPUH) e nas reuniões da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse constante intercâmbio certamente advém de fatores e problemas que os unem. Um deles é o fato de já terem sido criados “em crise”, ou seja, com todos os problemas que a modalidade acadêmica vem enfrentando após os cortes governamentais desde 2015. Os poucos e mínguaes apoios financeiros das próprias Instituições de Ensino Superior (IESs) e de algumas Fundações de Amparo à Pesquisa contrasta com a necessidade de universalização de bolsas, equipamentos para laboratório e despesas correntes de custeio para bancas e eventos.

A despeito do cenário sombrio, o intercâmbio acadêmico permite superar o pessimismo. Já ocorreram três encontros de Mestrados Profissionais entre 2014 e 2016 e, no último deles, ocorrido na FGV no Rio de Janeiro, houve a apresentação de TTFCs selecionados pelos programas. Além disso, os mestrandos frequentam eventos regionais e nacionais com apresentação de trabalhos, e seus artigos acadêmicos vêm aparecendo em revistas especializadas. O tema também tem sido objeto de reflexão recente: o Simpósio Nacional da ANPUH em 2017 abriu mesas redondas e simpósios sobre Mestrados Profissionais, docentes universitários lançaram artigos sobre suas experiências, e revistas

acadêmicas como *PerCursos* (Udesc) e *Métis* (UCS) já buscaram reunir dossiês temáticos sobre o assunto. O montante de produção e reflexão talvez permita a criação de uma revista própria que possa divulgar e problematizar suas especificidades e fortalecer o intercâmbio com Mestrados Profissionais de áreas afins.

Um dos maiores e estimulantes desafios intelectuais propiciados pelos Mestrados Profissionais em História foi o trabalho final, não dissertativo. Possibilita pensar, conceber e/ou resolver, na prática, a relação do saber histórico com suportes e linguagens não acadêmicas e mesmo não textuais. A apresentação de produtos não textuais pode dialogar com a historiografia, a exemplo de filmes que elaboram a relação do passado com as imagens, ou disposição de objetos em acervos e exposições de importantes museus históricos do País. Em razão da área de concentração dos programas, as reflexões teóricas e a pesquisa aplicada incidem prioritariamente sobre as dimensões que formam a cultura histórica extra-acadêmica, didática da história ou história pública, que incorporam, reflexivamente, o perfil dos destinatários.

Para exemplificar, apenas na instituição onde trabalhamos – a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – já foram apresentadas, nos últimos três anos, propostas de livros informativos para a Educação Básica, livros para formação docente, catálogos de arte ou temáticos, jogos de *RollyPlayinGame* (RPG) e de tabuleiro, metodologias de ensino e aprendizagem, antologia comentada de contos para a Educação Básica e Infantil, almanaque didático, documentário, relatório avaliativo de política pública, proposta de roteiro histórico com temas sobre a África e a realidade afro-brasileira ou indígena. Mesmo que nem todas tenham se efetivado devido a dificuldades diversas, a lista dá uma ideia da variedade de formatos e, para uma visão de conjunto, a essa lista precisam ser incluídos os trabalhos defendidos nos demais Programas de Mestrado Profissional em História. Daí, uma das tarefas importantes é a criação de mecanismos nacionais para catalogar e integrar, numa única plataforma, o acesso a esse tipo de produção, já referenciados na Plataforma Sucupira da CAPES.

Dar conta desses formatos implica reflexão sobre aspectos importantes. A interdisciplinaridade intrínseca na produção de qualquer material é um dos pontos cruciais, já que, na realidade universitária ou do mercado, há equipes envolvidas em produções desse tipo. Dentro das instituições, sobretudo públicas, o ideal é a mobilização pontual de

profissionais de diferentes áreas, o que implicaria a integração entre cursos e setores de suporte. Isso permitiria que o mestrando não precisasse adquirir a ampla gama de saberes necessários para produzir o trabalho final, ou não custeasse sozinho o trabalho de outros profissionais para as etapas que não domina. Outro ponto importante requerido pela CAPES, é o acompanhamento da difusão e do uso dos materiais produzidos, podendo-se pensar em registros de propriedade intelectual, estratégias de profissionalização como participação em editais e patrocínio e parcerias com organizações públicas, privadas e sociais interessadas em utilizar o produto do trabalho final. Por fim, pensar em parâmetros que possibilitem aprimorar a excelência técnico-acadêmica, um referencial à produção e à avaliação nas bancas.

Neste artigo, focamos a reflexão sobre esse último ponto. Como o campo é vasto, vamos nos centrar na discussão sobre a avaliação de materiais didáticos no âmbito dos Mestrados Profissionais em História. Para isso, primeiramente, tratamos, sumariamente, de instrumentos para avaliação de materiais didáticos no Brasil com os quais tivemos contato. Depois, tratamos da produção em uma disciplina de pós-graduação para, no final, analisar alguns materiais.

Em busca de parâmetros de avaliação de materiais didáticos

Estabelecido como política pública a partir de 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um dos maiores programas de aquisição de manuais escolares do mundo, comprados de editoras privadas. O edital de 2017, destinado, sobretudo, às escolas de Ensino Fundamental II e à reposição, envolveu a compra de 152.351.763 exemplares, totalizando pouco mais de 1 bilhão e 295 milhões de reais.³ (Site PNLD, 2017, Estatísticas). Outro programa governamental se acrescenta a esse na aquisição de materiais escolares, o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE), comprando e distribuindo livros temáticos, periódicos, literários, dicionários e atlas, bem como obras de apoio ao professor.

Como a partir de 1993, o PNLD também se responsabilizou pela qualidade dos livros adquiridos, por disciplina, todo um aparato de avaliação e escolha foi criado e vem sendo aprimorado. Em linhas gerais, as empresas editoras inscrevem as coleções em um edital que contém os critérios materiais e pedagógicos de avaliação. A avaliação material (triagem) e pedagógica fica a cargo de instituições credenciadas,

respectivamente, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT-USP) e universidades selecionadas pela Secretaria de Educação Básica do MEC via edital. Essas se responsabilizam pela equipe e produção do guia com as resenhas. Depois, com base no guia, cabe aos docentes, nas escolas, a escolha das coleções, posteriormente produzidas pelas editoras e remetidas às instituições escolares. A escolha das coleções obedece a ciclos de três anos para cada nível de Ensino – nesse meio tempo, há possibilidade de reposição dos exemplares. Os anos indicados nos guias se referem ao ano de distribuição às escolas, e não à sua produção, sendo que, até 2009, os livros destinados ao Ensino Médio tinham um programa específico.

No processo do PNLD, inúmeras especificações e parâmetros estão dispostos tanto nos guias como nos editais (GARRIDO, 2016), respectivamente, documentos de orientação para inscrição/produção das obras e resultado da sua avaliação visando à escolha pelo professor. Um aprofundamento analítico certamente precisará levar em conta todos esses parâmetros, mas, para nossos objetivos, é possível nos ater aos guias do componente *História* após 2010, quando o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) se integrou ao PNLD. Se observarmos os guias e especialmente as fichas, perceberemos a consolidação de um modelo de avaliação da coleção, conforme as seguintes categorias de critérios:

1. Manual do Professor

- a. Apresentação e fundamentação da proposta
- b. Orientações sobre o uso adequado do livro do aluno
- c. Contribuição para formação continuada docente

2. Livro do Aluno

- a. História
 - i. Abordagem teórico-metodológica
 - ii. Correção e atualização de procedimentos, informações e conceitos
 - iii. Construção e/ou apresentação significativa de noções e conceitos históricos
- b. Proposta Pedagógica
 - i. Coerência e adequação da proposta didático-pedagógica

ii. Estratégias teórico-metodológicas

iii. Recursos didáticos

3. Formação Cidadã

a. Obedece a preceitos legais e jurídicos

b. Respeito a princípios éticos

c. Promove ações positivas à cidadania e ao convívio social

4. Projeto Gráfico-Editorial

a. Estrutura editorial (sumário, referência e indicação de leituras, glossário)

b. Projeto gráfico

c. Ilustrações

Com critérios minuciosamente detalhados e podendo comportar alterações de um ano a outro, tais categorias abrangem a complexidade e a tensão que envolvem esse tipo de material didático. Considerando que as coleções objetivam e, na prática, estruturam o processo pedagógico ao longo de cada nível educacional, espera-se que superem concepções monolíticas e dirigistas. Para isso, precisam ressaltar e possibilitar a construção do conhecimento histórico a partir do protagonismo dos docentes e discentes. Por isso, além de fornecer respostas das atividades, há a expectativa de que o *Manual do professor* contribua à formação do docente e ao seu trabalho em sala de aula, do planejamento à avaliação. No caso do *Livro do aluno*, espera-se que favoreça o ensino de História a partir de perspectivas renovadas das historiografias acadêmica e escolar, expressas na aprendizagem significativa, na utilização de fontes diversas e atividades variadas, além de perguntas e respostas. Autores e editores precisam, também, evitar erros conceituais, informativos, gráfico-editoriais e éticos e manter coerência entre a proposta e sua concretização, dentro dos parâmetros fornecidos pela legislação, como a Lei 11.645/2008 e pelos editais cuja materialização está nas fichas.

Além dessas categorias e critérios que as fundamentam, outras aparecem pontualmente nos guias, indicando tendências ou especificidades. Com a difusão social e educacional da informática e da internet, as coleções didáticas passaram a integrar conteúdos digitais, oferecendo DVDs ou permitindo acesso a *sites* com recursos complementares aos livros. Daí por que os guias de 2014 e 2015 trazem

fichas de avaliação pedagógica de objetos educacionais digitais (OEDs) e *sites* indicados nas coleções. Os guias de 2010 e 2013, voltados às séries iniciais do Ensino Fundamental, trazem fichas para avaliação do tratamento da História regional e da local. O guia de 2010 também traz no manual categorias de “Valorização do Professor” e “Linguagem da Obra”, enquanto o guia de 2016 os substituiu por “Respeito à perspectiva interdisciplinar na apresentação do conteúdo”, presente como critério específico nos anteriores.

A diferença de concepções de um PNLD a outro pode ser significativa, e a consulta a guias de anos anteriores pode ser proveitosa. Tendo em vista a consolidação coletiva e duradoura desse programa governamental, a consulta a seus guias, editais e fichas são referências para a busca de propostas de avaliação e/ou criação de parâmetros de elaboração de materiais didáticos no âmbito dos Mestrados Profissionais em História. Ainda permite abordar com precisão e minúcias as várias dimensões envolvidas nessa produção – historiográfica, pedagógica, ética, estética, legislativa e digital – e os sujeitos aos quais se destina, professor e aluno da Educação Básica.

A partir desse importante referencial, é preciso pensar em adaptações. Em vista do montante de tempo e recursos, a elaboração completa de uma coleção didática é praticamente inviável no âmbito dos Mestrados de dois anos; talvez essa ambição se concretize com a instalação de Doutorados Profissionais na área. Além disso, apesar da abrangência de documentos que pode conter, a avaliação de coleções didáticas estabeleceu categorias e critérios próprios, nem sempre generalizáveis. Um exemplo é a inserção de atividades no material para o aluno, opcional em materiais paradidáticos impressos e naqueles de outros suportes como documentários, *kits* e jogos, cuja interação possui formato próprio. Assim, na produção didática em Mestrados Profissionais, com uma possibilidade bem maior de formatos, linguagens e suportes, os padrões das coleções, não necessariamente, são ou devem ser seguidos. Porém, em outras categorias, as adaptações podem ser melhor aproveitadas como na parte referente ao diálogo com o professor, tendo em vista a semelhança na linguagem textual e no formato de apresentação do material didático ao qual serve de complemento.

Uma tentativa de enfrentar o problema da avaliação de materiais diversos ocorreu nos Fóruns de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, promovidos a cada seis meses pela ANPUH. Entre abril de

2014 e outubro de 2015, durante quatro encontros (Belo Horizonte, Maceió, Curitiba e Salvador), estabeleceu-se uma comissão⁴ para a proposição de um instrumento de avaliação da produção intelectual-didática nos Programas de Pós-Graduação da área de História. Na reunião de Salvador, após a apresentação dos resultados e intensos debates, decidiu-se integrar a produção didática à planilha elaborada pela comissão de produção técnica, que vinha trabalhando em paralelo. A tarefa foi concluída dois fóruns depois, na reunião de Aracaju, em outubro de 2016. (ANPUH, 2014-2016).

Reafirmando a decisão em fórum anterior, em Natal, a diretriz em Belo Horizonte estabelecia

que materiais didáticos devem ser considerados para a Avaliação Trienal [feita pela Capes], pontuados como Produção Intelectual. A Comissão ficou encarregada de elaborar quatro tabelas de pontuação, uma para cada categoria, a saber: 1) material EAD; 2) produtos e livros paradidáticos; 3) livros didáticos e outros produtos didáticos; 4) material de reflexão sobre ensino de História. (ANPUH, 2014, p. 4).

Ao longo das reflexões o último item foi considerado produção intelectual acadêmica sobre Ensino de História e migrou para outra comissão. No fórum realizado em Salvador, a proposta finalizada do instrumento de avaliação tinha uma estrutura sintética. Após uma definição de material didático, a comissão trabalhou numa tipologia, com as seguintes categorias gerais:

- Produção de Material Bibliográfico ou Documental;
- Produção de Material Didático para Disseminação do Conhecimento;
- Produção de Equipamentos Didáticos;
- Serviço Especializado de Avaliação de Materiais Didáticos.

A essa tipologia seriam consideradas as seguintes dimensões para qualificação dos produtos:

- a) *Demanda*: Espontânea – por motivação do próprio autor (E), Contratado (C) ou por concorrência/edital (X);
- b) *Abrangência*: Local (L), Regional (R), Nacional (N), Internacional (I);

- c) *Complexidade da produção*: Baixa (B), Média (M), e Alta (A);
- d) *Impacto*: Baixo (B), Médio (M), e Alto (A).

Além desses, seriam valorizados os materiais que contivessem orientações aos docentes, atividades aos alunos e tivessem sido, comprovadamente, avaliados por especialistas no campo do Ensino de História. (ANPUH, 2016, Anexo p. 2 e 4).

A tipologia específica e a pontuação decorrente da aplicação dos qualificadores seria estabelecida conforme o Quadro 1. A partir daí, a comissão tinha como perspectiva o teste do instrumento pelas instâncias governamentais situadas na CAPES. Caso julgasse importante adotar mais essa dimensão, seriam responsáveis por verificar a validade das categorias e as possibilidades de uso durante a avaliação trienal corrente. Esse teste não impediria que a comissão continuasse o trabalho de refinamento das categorias, identificando omissões, lacunas e inconsistências no quadro. Por fim, talvez, o ponto mais polêmico tenha sido o estabelecimento de porcentagem e localização da pontuação da produção intelectual-didática no documento de área, diferenciada para Mestrados Acadêmicos e Mestrados Profissionais. (ANPUH, 2016, Anexo, p. 7).

Tabela 1 – Tipologia e Qualificação da Produção de Material Didático

Cód.1 tipo	Prod. de Material Bibliográfico ou Documental	Extrato máximo	Equiv. P-L
1.1 subtipo	Livro didático/paradidático impresso;	MD4	L3->75,00
1.2 subtipo	Livro didático/paradidático <i>e-book</i> distribuído em CD;	MD4	75,00
1.3 subtipo	Livro didático/paradidático <i>e-book</i> veiculado em ambiente virtual;	MD4	75,00
1.3 subtipo	Folheto didático/paradidático impresso e/ou o-line;	MD2	30,00
1.4 subtipo	Cartilha didática/paradidática impressa e/ou <i>online</i> ;	MD2	30,00
1.5 subtipo	Prefácio de livro didático/paradidático impresso e/ou <i>online</i> ;	MD1	15,00
1.6 subtipo	Posfácio de livro didático/paradidático impresso e/ou <i>online</i> ;	MD1	15,00
1.7 subtipo	Capítulo de livro didático/paradidático impresso e/ou <i>online</i> ;	MD1	15,00
1.8 subtipo	Organização de livro didático impresso e/ou <i>online</i> .	MD3	50,00
2 tipo	Prod. de Material Didático para Disseminação de Conhecimento		
2.1 subtipo	Ativ. de comun. e difusão de conhec. para a formação didática	MD2	30,00
2.2 subtipo	Prod. de programas de mídia, document, filmes, vídeo-aulas; jogos	MD3	50,00
2.3 subtipo	Prod. de material para ambientes virtuais de aprendizagem (EAD);	MD3	50,00
2.4 subtipo	Ativ./Cursos de capac., aperfeiç., extensão e especializ. p/ formação didática e/ou continuada;	MD2	30,00
2.5 subtipo	Organização de evento para formação didática	MD2	30,00
2.6 subtipo	Part. em com. cient. de eventos para formação didática	MD2	30,00
2.7 subtipo	Part. em mesa-redonda de eventos para formação didática e/ou continuada;	MD2	30,00
2.8 subtipo	Palestrante, conferencista em eventos para formação didática e/ou continuada;	MD2	30,00
2.9 subtipo	Artigo em jornal/magazine.	MD1	15,00

Produção de Equipamentos Didáticos		Extrato máximo	Equiv. P-L
3	tipo		
3.1	subtipo	Produção de mapas;	MD2 30,00
3.2	subtipo	Produção de maquetes	MD2 30,00
3.3	subtipo	Produção de álbuns seriados; flanelógrafos; cartazes; pôlderes;	MD2 30,00
3.4	subtipo	Produção de histórias em quadrinhos impressas/virtuais;	MD3 50,00
3.5	subtipo	Produção de <i>slides</i> .	MD1 15,00
4	tipo	Serviço de Avaliação de Materiais Didáticos Especializados	
4.1	subtipo	Participação em comissão de avaliação de materiais para formação didática e/ou continuada;	MD2 30,0
4.2	subtipo	Participação em comissão de avaliação de editais de fomento para formação didática e/ou continuada.	MD2 30,00

Fonte: ANPUH (2016, Anexo, p. 5).

A importância do trabalho realizado pela comissão da ANPUH está na tentativa concreta de enfrentar o problema, caro aos Mestrados Profissionais em História, de estabelecer critérios de avaliação dos materiais didáticos com formatos, objetivos e públicos tão diversos. Fica para o futuro saber se será possível ou desejável a construção coletiva de parâmetros, ou instrumento nacional, que possa guiar orientadores, mestrados e avaliadores dos produtos numa banca e fornecer caminhos de produção. Nossa contribuição virá com o detalhamento e reflexão sobre uma experiência de ensino, na qual tivemos que enfrentar a questão.

Produção e avaliação dos materiais para o aluno e do texto para o professor

A disciplina “Metodologia da Pesquisa e da Produção de Materiais Didáticos” é obrigatória na matriz curricular do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, oferecida no 2º semestre de 2014, com uma carga horária de 68 horas. Como docente ministrante, colocamo-nos um desafio: estabelecemos que ela deveria contemplar o aspecto profissional ou técnico próprio do Mestrado Profissional. O desafio se desdobrou em dois objetivos complementares: possibilitar ao mestrando vivenciar a produção de um material didático de história e, nesse processo, refletir criticamente sobre o tema. Para alcançar esses objetivos, na primeira aula, comunicamos que a avaliação final consistiria na entrega de material didático, elaborado por equipes de até três integrantes.

Nas 16 semanas de curso, com quatro horas reservadas às terças-feiras à tarde, foram adotados quatro tipos de atividade: aulas teóricas(4), conversa com convidados(4), tempo voltado à elaboração(4) e apresentação em sala da produção dos materiais(4). As aulas visavam a subsidiar os estudantes ao abordarem os conceitos, as tipologias, as funções, o processo de produção, a distribuição e a avaliação de materiais didáticos, sobretudo livros – formato escolhido pela maior parte das equipes. Vários desses temas, sobretudo a produção e avaliação, eram revistos a partir da perspectiva dos convidados. Devido ao fato de trabalharem, os mestrados preferiram que uma parte do curso fosse reservada à reunião das equipes para produção dos materiais.

Como consideramos importante exercitar uma linguagem acessível e não acadêmica, estabelecemos que o público-alvo deveria ser estudantes

da Educação Básica de qualquer nível, modalidade ou espaço educacional definido pela equipe. Quanto às temáticas, a única restrição era que contemplassem as linhas programa. Como a pesquisa e a elaboração dos conteúdos eram de inteira responsabilidade da equipe, ela podia escolher assuntos estudados nas outras disciplinas, que fossem objeto da própria pesquisa ou de conhecimento dos mestrandos. Não havia restrições de formato ou suporte, embora o aspecto visual fosse um item a ser avaliado. Qualquer que fosse a escolha, o material teria que vir acompanhado de um livro para o professor, contendo o referencial teórico e legal sobre o tema e/ou suporte, sugestão de atividades e projetos para trabalho em sala e, por fim, indicação de bibliografia de apoio, filmes e *sites*.

Ao final da disciplina, recebemos sete materiais didáticos, acompanhados dos respectivos textos para o professor. Foram entregues:

- **Livros ficcionais**

A caminho dos quilombos. Livro do Aluno (LA) com 72 páginas ilustradas, e *Livro do Professor* (LP) com 38 p. Escrito por dois historiadores, voltado ao Ensino Fundamental II.

João de Deus do Nascimento: a grandeza de um mestre alfaiate. LA com 55 p. ilustradas, e LP com 29 p. Escrito por um historiador e professor, voltado ao Ensino Fundamental II.

(Re)conto de Áfricas. LA com três contos adaptados, ilustrados, com 39 p., voltado ao Ensino Fundamental I, acompanhado de um tapete pedagógico. LP com 89 p. também ilustrado. Elaborado por uma equipe contendo uma artista plástica, uma pedagoga e duas historiadoras que atuavam em escolas.

- **Livros informativos**

A Independência da Costa do Ouro. LA com 27 p. ilustradas, e LP com 23 p. Escrito por um historiador, se destinava aos anos finais do Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio.

Pós-Abolição: liberdade e cidadania. LA com 22 p. ilustradas, e LP com 10 p., escrito por um historiador, professor e coordenador, voltado à EJA (Ensino Médio).

O negro no Brasil: lutas e resistências. LA com 40 p. ilustradas, e LP com 22 p. Escrito por dois historiadores, um dos quais atuava como professor, livro digital voltado a pré-vestibulares.

- Um calendário educativo sobre história local, para o Ensino Fundamental II: *Calendário popular de Cachoeira*, com 14 páginas ilustradas, e LP com 21 p. Foi elaborado por uma historiadora, uma pedagoga e uma mestranda formada em letras.⁵

Na tentativa de simular um ambiente profissional de produção didática, colocamo-nos no papel de um revisor e leitor crítico, com a avaliação consistindo em um parecer sobre cada produto, dado verbalmente e/ou por escrito, após o fim do curso. O teor do parecer foi dividido em correções obrigatórias a serem feitas e sugestões opcionais para melhoria do material. Mas como avaliar e metrificar essa produção?

A avaliação do material para o aluno exigiu maior esforço, devido à diversidade de formatos. Inspirados nos parâmetros discutidos no início, estabelecemos como critérios gerais o atendimento à norma culta da linguagem verbal, correção de informações e conceitos veiculados, apresentação visual, adequada apresentação das referências das fontes e documentos, adequação à faixa etária e atendimento à proposta descrita no texto para o professor. Isso significou a necessidade de particularizar alguns critérios de acordo com o suporte e o formato escolhidos. Os livros informativos também foram avaliados quanto à correção, ao texto principal e às indicações, bem como em relação aos boxes, às fontes, à bibliografia e às atividades, caso existissem. Nos livros ficcionais, era levado em conta o trabalho com conteúdo através de aspectos literários como narrativa, a construção de personagens, ambientes, bem como outros recursos como boxes e ilustrações.

Nenhum dos materiais para o aluno teve necessidade de reestruturação do projeto, e todos adequavam sua linguagem ao público-alvo. Em dois deles, houve a necessidade de revisão da estrutura do texto ou reorganização de conteúdos das seções estabelecidas, que exigiu mais pesquisa. A maior parte dos problemas seria, então, resolvida com uma revisão simples da linguagem verbal, das referências completas de fontes e bibliografia, da presença de créditos, das citações padronizadas, dos *links* quebrados ou incorretamente atribuídos, das indicações ou

instruções sobre uso de seções, etc. O maior e mais generalizado problema, sobretudo nos livros informativos, foi o uso de imagens como ilustrações do conteúdo do texto principal e não como documento que, trabalhados pedagogicamente, pudessem fornecer perspectivas novas sobre o passado e educar a visualidade do aluno. Tal uso difere da utilização proposital de imagens, sobretudo ilustrações desenhadas ou digitalmente modificadas, para serem visualizados aspectos do conteúdo ou compor o projeto gráfico.

No caso do texto para o professor, a tarefa foi facilitada devido à sua maior padronização. Inspirados nos critérios da ficha do PNLD, levamos em conta a correção de informações, a presença e a elaboração dos itens solicitados – fundamentação, atividades, indicações bibliográficas. O papel desses itens variava conforme o material didático: por exemplo, nos livros para o aluno sem atividades e indicações bibliográficas, tais elementos seriam mais requisitados no texto para o professor.

É o caso, por exemplo, de *(Re)contos de Áfricas*. Nesse conjunto, o livro infantil ilustrado faz adaptação de contos africanos para crianças das séries iniciais do nível Fundamental I – ciclo de alfabetização –, cada conto contendo cinco blocos de texto curtos, acompanhados de ilustrações. Outro material complementar é um tapete pedagógico que permite ao docente encenar as histórias contidas no livro.

Figura 1 – Páginas do livro *(Re)contos de Áfricas* e a respectiva parte no tapete pedagógico



Seth, irmão de Osiris, com inveja, veio à terra e discutiu com ele. Brigaram muito e Hórus fez Seth parar. Osiris ficou muito machucado. Isis cuidou de seus ferimentos.



Seth briga com Osiris por inveja

Fonte: Material entregue em 2015.

Em contrapartida, o *Guia da Professora* referente a esse material é o mais extenso de todos. Estruturado em cinco partes, o início traz a apresentação e a introdução, nas quais se ressalta a relevância pedagógica da África e são indicados os componentes do ciclo de alfabetização, nos quais pode ser empregado. O primeiro capítulo faz um apanhado geral sobre o continente africano; o segundo traz a íntegra de cada um dos contos, conteúdos que contextualizam cada um dos povos e uma sequência didática de dez itens; o terceiro traz as referências bibliográficas ao professor e indicações comentadas de livros, filmes e *sites*, reproduzindo também alguns conteúdos de formação para a professora e de formação para os alunos como jogos e desenhos animados. Como anexos, há um jogo de trilha e o manual de montagem e pedagógico que acompanha o livro para o aluno. O material é permeado por glossário e boxes informativos, e a diagramação apresenta cores para diferenciar as seções, os ícones e os padrões para diferenciar cada um dos capítulos.

Figura 2 – Páginas do Guia da professora –
(Re)contos de Áfricas



Guia da Professora 2015

Então, Ovírio e sua família foram enviados à terra. Passaram por vários lugares. Luteram muito frio, lugares onde havia muito, lugares muito quentes, onde havia muito calor, lugares com densas florestas, onde passaram e muitos outros animais.

Depois de muito andar e viajar, chegaram ao reino da Terra. Constatando a ordem dada por Apon, resolveram parar num lugar que chamam o nome de Igbo.

Do ano das águas, a família de Ovírio comemorou a chegada da terra, o sol brilhante, canoas, aranhas, escorpiões, escorpões e serpentes. Via-se então vários rios com suas águas cristalinas e grandes nascentes. Enquanto isso, Ovírio, com alguns animais, decidiu ficar em Igbo e montar um lugar. Espertou então vir à Terra.

Após encontrar com Ovírio e sua família, Ovírio resolveu conversar e discutir, tanto em sua língua de seu povo quanto em sua língua nativa, para que suas famílias, crianças, fossem para a terra de Apon. Para comemorar a chegada, por ser destinado à terra, Ovírio, à sua e as crianças e descendentes que foram para aquele lugar.

A terra Igbo, assimada com, chegou muito, chegou tanto que, de lá, de lá, Apon resolveu transformar sua língua, sua grande rio e que chamou de Igbo, nome chorando, criou os elementos de Ovírio e o reino, mas não que antes.

E, na terra Igbo que surgiu uma grande civilização.

Geografia:
Ovírio tem o reino de Igbo em um deserto.

Tanarria: palavra originária dos desertos africanos. O que frutifica e a história.

Civilização: resultado da evolução da humanidade na sua evolução social e intelectual.

Temas: Novo Ambiente, Família, convivência, gênero, cuidado, respeito

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Primeiro momento:

1. Como os estudantes sentados em círculo a professora começa a criar hipóteses levando-os a pensar e socializar as expectativas que se costumam ter quando se vai viajar, especialmente quando a viagem é por muito tempo;
2. Mostrar o título do conto perguntando sobre como eles pensam ser a história;
3. Realizar a leitura dinâmica do conto;
4. Após ler o conto a professora espelha eletronicamente as ilustrações do livro no chão;
5. O estudante não se grava, escolhe uma delas e faz a descrição do mesmo.

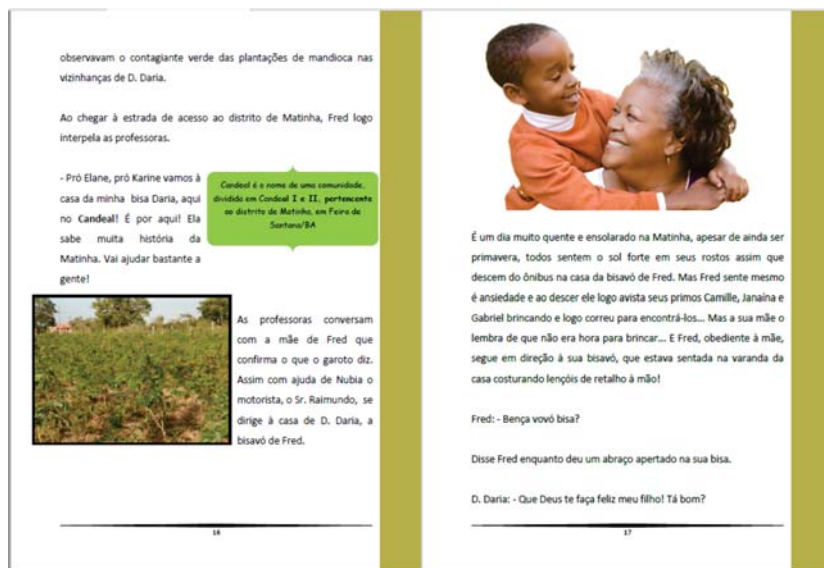
Segundo momento:

1. A professora coloca o tapete de histórias no chão, nele deve acontecer-se todos os elementos da narrativa do conto;
2. Os estudantes, em círculo, vão jogar os elementos contidos no tapete;
3. A professora estimula a participação dos estudantes fazendo perguntas relacionadas aos personagens da história: com quem podemos contar para realizar nossos planos (espera-se que entre as respostas sua família e Amigos). O que acontece com quem defende o família? (reconheça positivamente, desenvolva o compromisso com o

Fonte: Fotografias do autor extraídas do material entregue em 2015.

Exceto por alguns problemas de revisão e de informação, sobretudo na contextualização dos povos, o *Guia da professora de (Re)contos de Áfricas* vai além de um material de apoio: apresenta uma proposta de estruturação do ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental I durante um ano, com cada conto sendo trabalhado em uma unidade, a última com proposta de encerramento. Atende, portanto, à necessidade de formação docente em relação à temática *África*, apresenta variadas propostas de atividades para trabalhos em sala de aula, bem como maneiras diferentes de trabalhar os contos e o tapete anexo.

Figura 3 – Páginas do Livro do aluno – A caminho dos quilombos



Fonte: Fotografias do autor tiradas do material entregue em 2015.

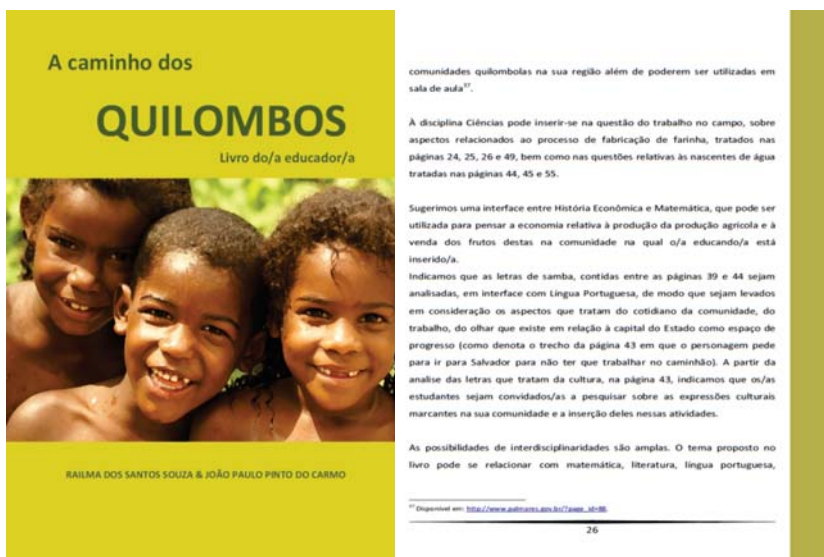
Por outro lado, os materiais mais substanciosos com livros para o aluno tiveram um texto para o professor com menos páginas. É o caso de *A caminho do quilombo*. Nos quatro capítulos que se seguem à curta apresentação, a narrativa para o aluno conta como o passeio e as descobertas do jovem Fred em duas comunidades quilombolas distintas, de onde vieram seus pais. A narrativa principal e os diálogos entre personagens são entrecortados com boxes informativos e imagens como fotos dos quilombos, mapas e ilustrações de pessoas negras realizando atividades como: estudar, jantar, mexer no computador, etc.

O Livro do professor, além de apresentação e considerações finais, inicia com uma reflexão sobre educação quilombola e história regional e local, baseada em documentos legais como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Lei 11.645/2008 e Diretrizes Nacionais sobre Educação Escolar Quilombola. Em seguida, situa academicamente a produção, dialogando com recentes produções na historiografia da escravidão na Bahia e, daí, historicizando o conceito de quilombo e seus múltiplos tipos, procurando superar estereótipos. Na parte de sugestões para atividades em sala de aula, optou por uma abordagem de História

e atividades interdisciplinares com Geografia, Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e Artes, incentivando também a prática de pesquisa a partir da própria realidade. Por exemplo:

Indicamos que as letras de samba, contidas entre as páginas 39 e 44 sejam analisadas, em interface com a Língua Portuguesa, de modo que sejam levados em consideração os aspectos que tratam do cotidiano da comunidade, do trabalho, do olhar que existe em relação à capital do Estado como espaço de progresso (como denota o trecho da página 43 em que o personagem pede para ir para Salvador para não ter que trabalhar no caminhão). A partir da análise das letras que tratam da cultura, na página 43, indicamos que os/as estudantes sejam convidados/as a pesquisar sobre as expressões culturais marcantes na sua comunidade e a inserção deles nessas atividades. (p. 26).

Figura 4 – Páginas de A caminho dos quilombos – Livro do Educador



Fonte: Fotografias do autor extraídas do material entregue em 2015.

Ao longo do Livro do Educador são indicados outros materiais (filmes, livros, *sites*) para serem trabalhados, os quais são listados no final e complementados com bibliografia com mais de trinta itens. Esse texto para o professor apresenta alguns problemas pontuais, como a falta de um resumo sobre a relevância das indicações e a necessidade de detalhamento da relação do ensino de História e História Local. Independentemente disso, o Livro do Educador para *A caminho dos quilombos* fornece múltiplas entradas para o professor trabalhar com o material em sala de aula e se preparar para abordar a questão quilombola.

Outro material didático procura abordar a “Revolta dos Búzios”, ocorrida em 1798, na Bahia, pela biografia do alfaiate e miliciano “João de Deus do Nascimento”, preso e condenado à morte pela Coroa portuguesa no ano seguinte. Para isso, conta a história de como a adolescente “Brisa” descobre, na escola e nas ruas de Salvador e Cachoeira, referências acerca dessa personagem. À apresentação e introdução, seguem-se três capítulos divididos em subenredos. No final, há uma cronologia sobre a vida de João de Deus do Nascimento e sobre a construção de monumentos em sua homenagem, bem como indicação de vídeos, jogos e leituras para o leitor. Com o projeto gráfico do livro anterior, a narrativa foi entrecortada por boxes informativos e imagens como ilustrações, fotos de monumentos a João de Deus do Nascimento em Salvador e Cachoeira. Algumas dessas ilustrações dificultam a leitura do texto pela falta de contraste, o que foi indicado para correção.

Figura 5 – Páginas do Livro para o Aluno – João de Deus do Nascimento



Fonte: Fotografias do autor extraídas do material entregue em 2015.

Seu Guia do Professor contém uma apresentação com estrutura e objetivos do Livro do Aluno, seguida de uma síntese da historiografia sobre a Revolta dos Búzios de 1798. A maior parte do texto apresenta uma série de sugestões de atividades e variadas fontes (documentos, poemas, fotografias, ilustrações, mapas, letra de músicas), do passado e do presente, para cada um dos três capítulos da obra. Distintamente do Livro do Professor de *A caminho dos quilombos*, aqui as indicações para o aluno estão distribuídas no e até mesmo anexadas ao próprio corpo do texto e não listadas no final. Um exemplo das atividades sugeridas e fontes está no texto e na imagem que segue:

João de Deus do Nascimento também era Cabo de Esquadra do 2º Regimento de Milícias dos Homens Pardos. Esse dado pode ser utilizado em sala para levar os alunos a pesquisarem sobre as milícias no século XVIII, sobre a divisão pela cor de pele das pessoas, o descontentamento dos milicianos com o não pagamento de soldos para quem não fosse oficial, a comparação das milícias com as tropas regulares dos militares e a comparação das antigas milícias com as atividades clandestinas e criminosas dos milicianos nos dias atuais. (p. 22).

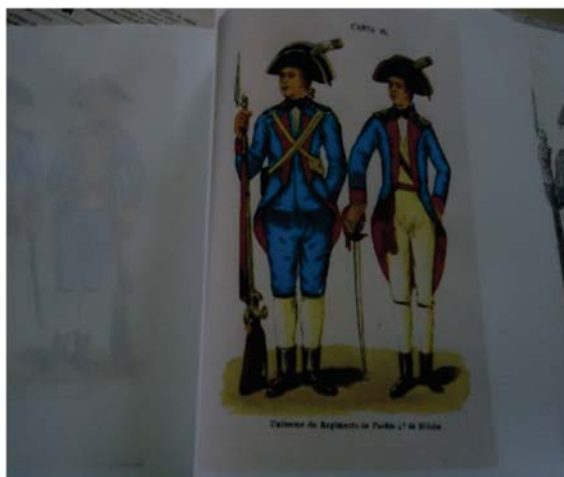
Figura 6 – Páginas de João de Deus do Nascimento – Guia do Professor



- É importante que os alunos conheçam o universo desses antigos ofícios mecânicos, como a alfaiataria. Portanto seria interessante pedir aos alunos que pesquisem e façam uma entrevista com algum alfaiate, comparando posteriormente, a profissão no século XVIII, exercida pelo mestre João de Deus do Nascimento, com a profissão nos dias atuais.

Na página 35 do livro paradigmático temos um desenho representando a tenda do alfaiate João de Deus, a imagem pode ser usada para explicar o que faz um alfaiate.

- João de Deus do Nascimento também era Cabo de Esquadra do 2º Regimento de Milícias dos Homens Pardos. Esse dado pode ser utilizado em sala para levar os alunos a pesquisarem sobre as milícias no século XVIII, sobre a divisão pela cor de pele das pessoas, o descontentamento dos milicianos com o não pagamento de soldos para quem não fosse oficial, a comparação das milícias com as tropas regulares dos militares e a comparação das antigas milícias com as atividades clandestinas e criminosas dos milicianos nos dias atuais.



Fonte: Luis dos Santos Vülhena. A Bahia no Século XVIII.

Fonte: Fotografias do autor extraídas do material entregue em 2015.

O texto para o professor de *João de Deus do Nascimento* termina com uma cronologia seguida de referências bibliográficas. Como ponto forte do manual, a relação entre diversos tipos de fonte permite ao docente um trabalho histórico interdisciplinar, já que mobiliza saberes distintos e também reforça a importância da relação passado-presente, através da leitura de fontes e sua problematização, como se lê no trecho sobre milícias citado acima. Como aspecto a ser melhorado, falta aprofundar a relação do sujeito e/ou da biografia com a História, central para o trabalho sobre o papel de João de Deus do Nascimento na Bahia do século XVIII.

Para melhor atender aos requisitos estabelecidos, os três conjuntos articulam o material proposto ao aluno e um diálogo com o professor. Os textos para o professor bem-sucedidos conseguiram relacionar o tema (assunto de pesquisa acadêmica), com a atividade docente. Constituíram-se, assim, num esforço de tradução direcionado para um colega de trabalho, propiciando-lhe um leque de informações e referenciais teóricos para a própria formação, acompanhado de indicações e bibliografia complementares, além de opções pedagógicas das quais poderia se apropriar conforme necessidade e contexto. Ao mesmo tempo, levaram em conta o aluno da Educação Básica, sobretudo através da proposição de atividades e indicações suplementares das quais ele poderia fazer uso.

Nesses e nos demais textos para o professor, notamos que o fato de haver padrões e requisitos previamente estabelecidos não gerou uniformidade. Pelo contrário, a organização dependeu também dos materiais sobre o tema, dos objetivos e, principalmente, da experiência profissional e docente dos integrantes da equipe. Isso se nota mesmo em materiais didáticos com a mesma estrutura, como em *A caminho dos quilombos* e *João de Deus do Nascimento*, livros ficcionais com narrativa centrada em alunos de escolas que visitam duas localidades distintas. Mesmo com a proximidade dos enredos, a organização e o diálogo com o docente são bastante distintos como vimos acima.

Essa variedade fica ainda mais evidente em outro ponto imprevisto: o projeto gráfico do texto para o professor. Mesmo sem ser requisitado – os mestrandos poderiam apresentar um texto no formato acadêmico – as equipes investiram na questão: cinco equipes aproveitaram o projeto feito para o Livro do Aluno e realizaram modificações, enquanto outras duas, cujos materiais não permitiam (*Calendário popular* e *(Re)contos de Áfricas*), investiram num projeto próprio, tarefa facilitada por pessoas com formação em artes integrando o grupo. A intenção foi a mesma e, em todos os casos, o objetivo foi atingido: tornar o material visualmente atraente também ao professor, fugindo dos padrões de publicação acadêmica em relação a fontes, espaçamento e diagramação.

Considerações finais

Dentre os desafios de consolidação dos Mestrados Profissionais na área de História, este artigo procurou refletir sobre o estabelecimento de parâmetros de produção e avaliação de materiais didáticos de História. Primeiramente, abordamos iniciativas do campo, como o já consolidado

PNLD, e a tentativa de se estabelecer um *Qualis* Produção Didática por uma comissão no âmbito do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação da ANPUH. Em seguida, acompanhamos a trajetória no âmbito de uma disciplina teórico-prática da UFRB, desde a definição de materiais didáticos, a análise dos guias do PNLD, até reflexões sobre o processo de editoração, para que os parâmetros fossem estabelecidos, e os materiais, elaborados. Por fim, refletimos sobre alguns dos materiais e textos para os professores produzidos nessa disciplina.

No processo de avaliação dos materiais didáticos, encontramos as mesmas dificuldades das vivenciadas pela Comissão de Materiais Didáticos do Fórum de Coordenadores da ANPUH. Mesmo num formato restrito como no livro temático e nos dois subgêneros (informativo e ficcional), às vezes, com propostas semelhantes e um mesmo projeto gráfico, a organização diferiu substancialmente, mas permitiu comparações. As dificuldades aumentaram na comparação entre formatos distintos como calendário popular, livro infantil e seu tapete pedagógico, esse já fora do âmbito da produção textual. Nesse processo, ficou patente que os profissionais, mesmo com o domínio da técnica e da linguagem, precisam integrar a avaliação dos materiais, requisitando estreitamento dos diálogos interdisciplinares com a História naqueles suportes, linguagens e gêneros distantes da formação do historiador, como o livro temático informativo, se bem que esse exige *expertise* na análise gráfica. Acreditamos, a partir das experiências anteriores e da nossa, que o estabelecimento de critérios padronizados para avaliação de materiais didáticos demanda mais pesquisas, sobretudo pela necessidade de integrar a rica dimensão interdisciplinar nela envolvida. É um desafio para os Mestrados Profissionais em História estabelecer uma versão análoga aos critérios da ficha do PNLD, que atenda às especificidades da variedade de suportes e linguagens inerentes à sua produção, ou que possa a ela ser adaptada.

Outro desses diálogos interdisciplinares, feito entre História e Pedagogia, integrou a análise do texto para o professor. Aqui a estrutura textual de apresentação e os critérios do PNLD permitiram uma maior padronização e facilitaram as comparações, algumas das quais foram revistas quando se partiu para análise – como a positiva preocupação com a dimensão gráfica. Tal texto para o docente não é requisito para apresentação de materiais didáticos, mas acreditamos na sua pertinência para os Programas de Mestrado Profissional em História por três razões:

primeiro, produzir materiais didáticos implica dialogar tanto com o aluno quanto com o professor de qualquer nível e modalidade educacional, e o texto suplementar é uma forma consagrada de conversar com esse sujeito; segundo, tanto a experiência dos PNLDs quanto a que tivemos acima apontam à relativa padronização desse material, mais fácil de ser alcançada pela sua particularidade; e terceiro, como contribuição à avaliação dos mestrados, a confecção dos textos para o docente pode levar à substituição da parte teórica dos relatórios finais pela sua correspondente integração ao material para o professor. A vantagem seria dar destaque ao aprimoramento daquilo que será apresentado à sociedade, com os referenciais teóricos, historiográficos, legais e temáticos feitos a partir *de* e voltados *aos* docentes. Essa é a maior parte dos mestrados dos programas e também o público-alvo dos materiais didáticos produzidos, portanto aqueles com quem os mestrados na área de ensino de História, buscam dialogar.

Notas

¹ As universidades que têm Programas de Mestrado Profissional são: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Universidade Federal de Goiás (UFG-Catalão), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que sedia a rede ProfHistória. Fomentada pela CAPES, a rede abarca, atualmente vinte e sete universidades.

² A UFRB tem sua área de concentração em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, e a Unifal em História Ibérica. Ambas também possuem linhas de pesquisa em Ensino de História, mas não exclusivamente, como é o caso do ProfHistória, da UCS, UEMA, FURG e UFG.

³ PNLD. Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld>, <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 25 maio 2017.

⁴ A composição da comissão variava conforme a disponibilidade dos

coordenadores ou vice-coordenadores para participar das reuniões: Belo Horizonte – Júlia Silveira Matos (FURG) – Presidente, Elenice Rocha (UERJ/São Gonçalo), Francisco César Ferraz (UEL), Luiz Carlos Vilalta (UFMG), Lúcia Helena Oliveira Silva (Unesp/Assis), Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS), Leandro Almeida (UFRB) e Telma Cristina Delgado Dias Fernandes (UFPB/JP); Maceió – Júlia Silveira Matos (FURG), Francisco César Ferraz (UEL), Luiz Carlos Vilalta (UFMG), Ione Celeste de Sousa (UEFS), Leandro Almeida (UFRB); Telma Cristina Delgado Dias Fernandes (UFPB/JP); Mônica Piccolo Almeida (UEMA); Curitiba – Júlia S. Matos (FURG) – Presidente, Francisco César Ferraz (UEL), Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS), Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG), Marcelo Fronza (UFMT), Monica Piccolo Almeida (UEMA) e Telma C. D.D. Fernandes (UFPB) Lúcia Helena O. Silva, (Unesp/Assis); Salvador – Mônica Piccolo Almeida (UEMA); Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS), Leandro Almeida (UFRB); Francisco Ferraz (UEL), Élio Chaves Flores (UFPB), Lúcia Helena O. Silva (Unesp/Assis).

⁵ Os parágrafos anteriores deste item sintetizam o que está detalhado em Almeida (2016, p. 227-231).

Referências

- ALMEIDA, Leandro Antônio. Produção de livros didáticos no Mestrado Profissional de História: relato de experiência a partir de uma disciplina da UFRB. *História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 221-248, 2016. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/228/176>>. Acesso em: 6 abr. 2013.
- ANPUH. Associação Nacional de História. FÓRUM DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 46., 2014, Belo Horizonte. *Ata*. Belo Horizonte, 4 de abril de 2014.
- ANPUH. Associação Nacional de História. FÓRUM DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 49., 2015, Salvador. *Ata*. Salvador, 21 out. 2015 e anexo.
- ANPUH. Associação Nacional de História. FÓRUM DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 51., 2016, Aracaju. *Ata*. Aracaju, 19 out. 2016.
- BITTENCOURT, Circe. Livros e materiais didáticos de História. In: _____. *Ensino de História: fundamentos e Métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 293-323.
- _____. Livros didáticos de História: práticas e formação docente. In: SANTOS, Lucíola L. C. P. et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 544-563. Disponível em: <<http://endipe.pro.br/site/eventos-antiores/>>. Acesso em: 6 abr. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2010*: História. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2011*: História. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2012*: História. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2013*: História. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2014*: História. Ensino fundamental anos finais. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2015*: História – Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2016*: História - Ensino fundamental anos iniciais Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2017*: história - Ensino fundamental anos finais. Ministério da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. MEC. Portaria 389/2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. *DOU*, n. 58, Seção 1, p. 61, 24/3/2017.
- FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. *Material didático: discursos e saberes*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

GARRIDO, Mirian. Histórias que os livros didáticos contam depois do PNLD: história da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do PNLD (2007-2011). *História e perspectivas*, Uberlândia, v. 29, n. 54, p. 239-268, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35396>>. Acesso em: 25 maio 2017.

MOREIRA, Manuel Area. *Los medios y materiales de enseñanza: fundamentos conceptuales*. Web Docente de Tecnología Educativa, Universidad de La Laguna, 2002, Disponível em: <<http://tecnologiaedu.us.es/cuestionario/bibliovir/tema3.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

Sites

Fórum dos coordenadores de Pós-Graduação da ANPUH. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/documentos/forum-de-ppgh>>. Acesso em: 25 maio 2017.

Plataforma Sucupira. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

PNLD. Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld>, <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 25 maio 2017.